

SUMÁRIO

MISSÃO E OBJETIVOS DA REVISTA DOS TRIBUNAIS.....	9
EDITORIAL	11

DOCTRINA

CADERNO ESPECIAL ELEIÇÕES 2018 – O CHAMADO À DEMOCRACIA

A pré-campanha eleitoral

The electoral pre-campaign

MARIA STEPHANY DOS SANTOS	27
---------------------------------	----

A aplicação subsidiária do CPC ao contencioso eleitoral antes e depois do advento do CPC/2015

The subsidiary application of the Brazilian Civil Procedure Code to electoral litigation before and after the new Brazilian Civil Procedure Code

LUDGERO LIBERATO e MARCO AURÉLIO SCAMPINI SIQUEIRA RANGEL.....	47
--	----

Democracia virtual (e-democracy): a tecnologia como meio de efetivar a democracia participativa

Virtual democracy (e-democracy): technology as a means to implement participative democracy

PRISCILA DE OLIVEIRA MARGRAF, HELIAN KOSLOSKI DOS SANTOS e ALENCAR FREDERICO MARGRAF.....	73
---	----

O debate sobre candidaturas avulsas no Brasil e o pensamento de Moisei Ostrogorski: devemos repensar o partido político?

Brazil's debate on independent candidacy and the work of Moisei Ostrogorski: should we rethink political parties?

RAFAEL VINHEIRO MONTEIRO BARBOSA e PAULO BERNARDO LINDOSO E LIMA.....	101
---	-----

Breves considerações sobre o processo eleitoral brasileiro

Brief paper about the Brazilian electoral process

MARCOS YUJI MINAMI e PATRÍCIA VIEIRA PEREIRA.....	123
---	-----

Eleições de 2018: reflexões sobre um novo Brasil

2018 Elections: reflexions of a new Brazil

MARCELO NOBRE	149
---------------------	-----

A internet como veículo para propaganda eleitoral

The internet as a vehicle for electoral campaign

TARCISIO TEIXEIRA e LAURA MARIA BRANDÃO ESTANCIONE..... 163

Participação popular, redes sociais e *fake news*: uma abordagem constitucional antes das Eleições 2018

Popular participation, social networks and "fake news": a constitutional approach before the 2018 Elections

VINÍCIO CARRILHO MARTINEZ e VANDERLEI DE FREITAS NASCIMENTO JUNIOR 179

EM DESTAQUE – O DIREITO E A COPA DO MUNDO

Marketing Highlights: Copa do Mundo e patrocinadores oficiais

Marketing Highlights: World Cup and official sponsors

ANTONIO HENRIQUE ALBANI SIQUEIRA, BRUNO FEIGELSON, LUÃ MAIA DE MELLO e MARIANA LOUBACK LOPES 203

Copa do Mundo e a naturalização de jogadores: regulação e reflexões

World Cup and Players's Naturalization: regulation and reflections

SAMUEL DE ABREU MATIAS BUENO, BRUNO LANDINI DIAS DE LIMA CARVALHO, PAULA GAMBINI VAZQUEZ e GIOVANNI DARELLI..... 219

A tributação do direito de imagem dos atletas profissionais na Copa do Mundo de futebol

The taxation of professional athletes' image rights in the Football World Cup

RAFAEL MARCHETTI MARCONDES 231

O *marketing* esportivo e a repressão à concorrência desleal

Sports marketing and repression of unfair competition

MÁRCIO JUNQUEIRA LEITE e VÍCTOR RAWET DOTTI 253

Direitos de transmissão do evento

Event transmission rights

PAULO SÉRGIO FEUZ e RICARDO PIRAGINI 267

Resolução de disputas disciplinares e de *doping* durante a Copa do Mundo FIFA: breve panorama

FIFA World Cup disciplinary and doping dispute resolution: brief overview

ROBERTO DE PALMA BARRACCO 277

ATUALIDADES – DATA PRIVACY

A estratégia brasileira para a transformação digital e as questões que dela emergem
no que se refere à proteção de dados pessoais

*The Brazilian Strategy for digital transformation and the issues that emerges from it
referring to personal data privacy*

VIVIANE NÓBREGA MALDONADO e ANDRIEI GUTIERREZ..... 293

DIREITO AMBIENTAL

Nova virada de Copérnico: meio ambiente como sujeito de direito

New turn of Copernicus: environment as subject of law

EDUARDO CAMBI e ALINE REGINA DAS NEVE 307

A promoção do desenvolvimento nacional sustentável como finalidade da licitação
pública

The promotion of sustainable national development as a public bidding

SILVIA PORTES ROCHA MARTINS, FELIPE JOSÉ ANSALONI BARBOSA e SARAH CAROLINA ZANETTI
E VIGUETTI 329

DIREITO CONSTITUCIONAL

Poder constituinte decorrente e os tribunais de contas: a aplicação do princípio da
simetria nas Constituições estaduais

*The constituent power and the court of auditors: the application of the symmetry
principle in state Constitutions*

RAISA DUARTE DA SILVA RIBEIRO 349

Sobre a essência da jurisdição constitucional e sua importância no desenvolvimento
do Estado Democrático e Republicano

*The essence of the constitutional jurisdiction and its importance in the development
of the Democratic and Republican State*

RODOLFO PAMPLONA FILHO e CHARLES BARBOSA 373

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Protocolos de oitiva especial de criança segundo a Recomendação 33 do Conselho
Nacional de Justiça e a Lei 13.431, de 5 de abril de 2017

*Special protocols for children in accordance with Recommendation 33 of the National
Council of Justice and Law 13,431, of 5 april 2017*

ANTONIO JORGE PEREIRA JÚNIOR, MARÍLIA BITENCOURT CALOU REBOUÇAS e MARYNNA LAÍS
QUIRINO PEREIRA 403

ENTREVISTA

Entrevista com Marcio Cots

Entrevista por KAROLINA DE ALBUQUERQUE ARAÚJO 423

ESPECIAL – RUMO À RT 1000

Apresentação	431
Pressupostos da inscrição de promessa de venda: execução para cumprimento de obrigação	
ORLANDO GOMES	433

NOTAS

Inserção de minorias e grupos vulneráveis no mercado de trabalho brasileiro e a responsabilidade corporativa das empresas multinacionais	
MARÍLIA GRADIN	445
A Reforma Trabalhista e as alterações para a concessão do benefício da gratuidade judicial às pessoas jurídicas	
GISELA BELLUZZO DE ALMEIDA SALLES	449

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

- HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – Sucumbência no processo trabalhista em fase recursal – Inadmissibilidade – Alteração introduzida pela Lei 13.467/2017, popularmente conhecida como reforma trabalhista – Direito aos honorários que surge no instante da prolação da sentença de mérito – Se esse crédito não era previsto no ordenamento jurídico nesse momento processual, não cabe sua estipulação com base em lei posterior, sob pena de ofensa ao princípio da irretroatividade da lei
Comentário por PEDRO HENRIQUE ABREU BENATTO..... 457

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- PIS e COFINS – Sistemática não cumulativa – Creditamento de gastos com insumos – Admissibilidade – Critérios da essencialidade ou relevância que devem ser observados frente ao conceito de insumo, tal qual sua imprescindibilidade e importância ao desenvolvimento da atividade econômica do contribuinte.
Comentário por ANDRÉ MENDES MOREIRA e EDUARDO LOPES DE ALMEIDA CAMPOS:
Comentário ao Recurso Especial 1.221.170/PR (2010/0209115-0)
Comentário por FABIANA DEL PADRE TOMÉ: Comentário ao REsp 1.221.170-PR.... 467
- EXECUÇÃO – Condenação judicial de natureza previdenciária contra a Fazenda Pública – Incidência de juros de mora e correção monetária na forma do art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com as alterações da Lei 11.960/2009 – Inadmissibilidade – Índices

que variam a depender da natureza da condenação – Juros de mora que, antes da vigência da nova norma, aplicam-se no percentual de 1% e, após, incidem segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança – Correção monetária, ademais, que se sujeita ao INPC.

Comentário por LEONARDO NUNES MARQUES: Utilização dos índices de remuneração básica da caderneta de poupança, para fins de atualização monetária e compensação da mora (juros de mora) dos débitos da Fazenda Pública..... 476

- BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO – Retroação de lei que diminui o parâmetro de ruído para contagem de tempo especial de trabalho – Inadmissibilidade – Entendimento firmado em recurso repetitivo – Aplicação da lei vigente à época da prestação do serviço.

Comentário por OSWALDO DE SOUZA SANTOS FILHO: Comentário ao Agravo Interno no Recurso Especial 1.629.906 517

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

- RESPONSABILIDADE CIVIL – Danos materiais – Uso indevido de imagem de atleta em videogame – Não há que se falar em supressão pois entre as partes nunca houve relação contratual – Violação do direito de imagem para fins comerciais sem o consentimento de seu titular – Inteligência dos arts 87 e 87-A da Lei de Direitos Autorais – Consentimento que deve ser interpretado de forma restritiva, considerando o bem jurídico da lide – Verbas devidas.

Comentário por ALEXANDRE MIRANDA: Comentário de Jurisprudência – TJSP – Apelação 1131119-05.2016.8.26.0000..... 531

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA NA ÍNTEGRA

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- HOMICÍDIO QUALIFICADO – Réu português que comete crime no Brasil – Tratado de extradição entre Brasil e Portugal – Possibilidade de remessa dos autos para Portugal – Falta de prequestionamento das alegações do condenado – Argumentos, ademais, que demandariam análise dos dispositivos do ordenamento jurídico português – Recorrente que nem sequer foi julgado, devendo esperar o trânsito em julgado. 551
- LEGITIMIDADE ATIVA *AD CAUSAM* – Ocorrência – Ação civil pública – Ministério Público – Tratamento médico ou entrega de medicamentos nas demandas de saúde propostas contra os entes federativos – Feito que, ainda contendo beneficiários individualizados, trata de direitos individuais indisponíveis, tendo assento no direito à saúde e à vida. 563

- ABUSO DE DIREITO – Ocorrência – Executados que alegam vício na assinatura do título sabendo de antemão que a assinatura apostada foi por eles falsificadas – Verbas de sucumbência que o exequente teve de pagar que são providas de um exercício abusivo do direito de defesa, incompatível com os preceitos da boa-fé objetiva estabelecidos pelo Código Civil em seu art. 187..... 576

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE – Lei Orgânica do Distrito Federal – Inadmissibilidade – Instrumento normativo primário que equivale a um verdadeiro estatuto constitucional – Instrumento de controle concentrado de constitucionalidade cujo objeto restringe-se, unicamente, no âmbito do ordenamento positivo, a “lei ou ato normativo federal”..... 595
- MEDIDA CAUTELAR – *Fumus boni iuris* e *periculum in mora* – Ocorrência – Arguição de Descumprimento de Preceito Federal – Greve dos caminhoneiros – Direitos de reunião e greve que são relativos, não podendo ser exercidos, em uma sociedade democrática, de maneira abusiva e atentatória à proteção dos direitos e liberdades dos demais, as exigências da saúde ou moralidade, da ordem pública, a segurança nacional, a segurança pública, da defesa da ordem e prevenção do crime, e o bem-estar da sociedade..... 597
- RECLAMAÇÃO – Impugnação da decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará proibiu de divulgar, na revista “Isto É”, notícia relacionada a apuração criminal que supostamente envolvia um governador de Estado – Admissibilidade – STF que proibiu a censura de publicações jornalísticas e tornou excepcional qualquer tipo de intervenção estatal na divulgação de notícias e de opiniões – Liberdade de expressão que ostenta direito fundamental no Estado Democrático de Direito brasileiro. 600
- FURTO – Tentativa – Simples – Duas peças de queijo minas – Princípio da insignificância – Admissibilidade – Situação de reincidência que não descaracteriza, por si só, o fato insignificante – Causa supralegal de exclusão da tipicidade em sua dimensão material – Absolvição penal do paciente que se impõe..... 602

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- DANO MORAL – Revisão do valor quantificado em sede de recurso especial – Admissibilidade – Caso em que a razoabilidade foi abandonada, denotando um valor indenizatório abusivo, a ponto de implicar enriquecimento indevido, ou irrisório, a ponto de tornar inócua a compensação pela ofensa efetivamente causada – Consideração da gravidade do dano, bem como da condição financeira da autora da ofensa e do grau de constrangimento que sofrera em seu meio profissional..... 607

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- AÇÃO ANULATÓRIA – Cláusula constante em acordo coletivo que concede cesta básica mediante critério da assiduidade – Inadmissibilidade – Atores sociais que podem disciplinar a sua concessão pois decorre da vontade das partes..... 611
- AÇÃO ANULATÓRIA – Cláusula constante em acordo coletivo que exige a aquisição de ferramentas do empregador por preço módico – Admissibilidade – Transferência do risco do negócio que não pode ser suportada pelo empregado..... 611

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4.^a REGIÃO

- LICENÇA-PATERNIDADE – Servidor público – Maior duração em caso de gêmeos – Admissibilidade – Necessidade de acompanhamento de mais de uma pessoa para o atendimento adequado das necessidades básicas de recém-nascidos gêmeos – Constituição Federal que, em seu art. 227, prevê como dever da família assegurar à criança, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde e à convivência familiar e, em seu art. 229, dispõe que os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores.. 615

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ACRE

- AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Recurso contra sentença que concluiu pela improbidade administrativa – Falta de preparo – Pena de deserção – Admissibilidade – Pedido de assistência judiciária gratuito que restou indeferido por não ter sido comprovada a hipossuficiência dos recorrentes – Transcorrido, *in albis*, prazo de cinco dias para recolhimento do preparo – Pedido de reconsideração que não interrompe nem suspende prazos para interposição de recursos, uma vez que sua natureza não é recursal. 619

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA

- CONCURSO PÚBLICO – Defensoria Pública – Autodeclaração de condição de pardo – Cotas raciais – Inadmissibilidade – Comissão que verificou o não preenchimento do requisito de afrodescendente – Procedimento que não atenta à ordem constitucional vigente – Judiciário que não pode substituir a banca examinadora na análise do atendimento dos critérios exigidos..... 623

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ

- SENTENÇA – Pronúncia – Nulidade – Ocorrência – juízo de origem não faz a correlação legal necessária para demonstrar as qualificadoras tipificadas – Não foram apontadas quais circunstâncias extraídas das provas indicadas justificam as qualificadoras – Ordem concedida de ofício..... 629

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

- RESPONSABILIDADE CIVIL – Danos morais – Parto prematuro – Hospital que, ao contratar apenas uma médica obstetra e, ao mesmo tempo, fornecer leito a mais de uma paciente parturiente, assumiu o risco de causar danos às suas pacientes – Exclusão de responsabilidade da médica, que atendeu à paciente e à criança dentro do recomendado e que, graças à sua atuação, o bebê teve preservada a sua vida – Verbas devidas somente pelo hospital..... 633

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MATO GROSSO DO SUL

- RESPONSABILIDADE CIVIL – Danos material e moral – Impossibilidade de realizar embarque – Passageira que, no cartão de embarque, informou nome de casada, mas, na ocasião da apresentação do documento, continha nome de solteira – Culpa exclusiva do consumidor que leva à exclusão de responsabilidade da companhia aérea – Inteligência do art. 14, § 3.º, II, do CDC. 639

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PERNAMBUCO

- TUTELA DE URGÊNCIA – Alteração da base de cálculo do ISS sobre serviços de agenciamento de viagens – Presentes os requisitos autorizadores da liminar pretendida – Admissibilidade – Não faz sentido incluir na base de cálculo do ISS o valor de serviços que não são efetivamente prestados pela agência de turismo, tais como hospedagem e transporte aéreo..... 643

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ

- RESPONSABILIDADE CIVIL – Danos material e moral – Menor que é morto em regime de cumprimento de medida socioeducativa – Responsabilidade civil objetiva do estado – Estado que tem o dever de proteção aos custodiados, abrangendo, inclusive, o dever de protegê-los contra si mesmos – Omissão estatal – Verbas devidas à mãe da vítima..... 647

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE

- *HABEAS CORPUS* – Trancamento de ação penal – Admissibilidade – Eventual fraude na emissão de pareceres jurídicos favoráveis – Não demonstração do dolo e culpa na elaboração dessas atividades – Não ocorrência do vislumbre conluio da causídica com os demais agentes – Peça acusatória que carece de justa causa, conduzindo ao trancamento da ação penal..... 651

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL

- RESPONSABILIDADE CIVIL – Dano moral – Compartilhamento não autorizado de imagem em grupo de aplicativo celular – Violação de um direito autônomo, independentemente de qualquer sentimento subjacente de dor, sofrimento ou angústia e humilhação – Princípio da autonomia privada que estabelece a cada um decidir quando e de que forma quer ver suas imagens divulgadas – Verbas devidas. 655

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA

- AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Adição de ingredientes que descaracterizam o produto – Inadmissibilidade – Mercadoria que, por ter gordura trans, colocaria em risco à população – Dever de informar do fornecedor – Expressão “contém glúten” que constitui uma proteção suficientemente adequada aos consumidores. 659

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

- ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE – Dispositivo de lei estadual que atribui responsabilidade tributária à ex-proprietário de veículo automotor para pagamento de IPVA – Inadmissibilidade – Fato gerador que é a propriedade do veículo, que se transmite com a mera tradição do bem móvel – Alienante que não pratica o fato gerador, uma vez que não é sujeito passivo da relação tributária – Violação ao art. 146, III, a, da CF/1988. 663

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

- INELEGIBILIDADE – Ocorrência – Pedido ostensivo de votos durante culto religioso e distribuição de envelopes contendo “santinhos” nas intermediações da igreja – Configuração de abuso do poder religioso apto à cassação do registro e à declaração de inelegibilidade – Obtenção de votos de forma ilícita ao candidato referendado pelo pastor – Conclamação dos fiéis a votar em determinada pessoa valendo-se de sua influência como líder religioso. 667

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4.^a REGIÃO

- EQUIPARAÇÃO SALARIAL – Servidores celetistas e estatutários – Inadmissibilidade – Vedada a vinculação ou equiparação para efeito remuneratório quando se trata de servidores vinculados a regimes jurídicos diversos – Não se pode admitir a pretensão nominada como “desvio funcional”, quando o autor busca o pagamento do salário previsto em norma de exclusiva incidência aos servidores públicos estatutários – Inteligência do art. 37, incs. II e XIII, da CF e OJ nº 297 da SDI-1 do TST. 671

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	673
NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA	683